

ISSN: 2319-0124

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO NAPNE: parceiro ou vilão?

Reginaldo A. SILVA¹

RESUMO

A partir do advento da educação inclusiva e das políticas públicas à manutenção educacional, discussões ocorrem e se desdobram no âmbito escolar há tempos. No contexto histórico, os papéis dos agentes atuantes a uma verdadeira educação de qualidade, da promoção e garantia de acesso, principalmente ao público-alvo da educação inclusiva, devem ser creditados. Estar consciente da diversidade humana e preparado para a efetiva educação inclusiva é uma ação que demanda responsabilidade, comprometimento e respeito. Ainda que a formação superior faça diferença, ela é a menos importante, pois, primordial essência deve ser, entre muitas, a afinidade pedagógica sem exclusão. Este relato de experiência, do cotidiano educacional, tem como proposta refletir sobre atitudes excludentes e conscientizar – sem prescrição pedagógica – sobre os reais papéis do Napne e do AEE. Com base Legal e teórica, a metodologia utilizada foi a de observação, em eventos formais e informais. Atitudes desrespeitosas e discursos excludentes, devem se distanciar da educação, uma vez que a formação responsável, consciente e inclusiva deve ser a força motriz da formação do sujeito.

Palavras-chave: Apoio Pedagógico; Comprometimento; Inclusão Menor; (In)formação; Interdependência.

1. INTRODUÇÃO

É fato que a partir do advento da educação inclusiva, com o estabelecimento de políticas públicas e o apontamento de diretrizes à manutenção educacional, muitas discussões ocorreram e ainda se desdobram no âmbito escolar (UNESCO, 1994). No contexto histórico da educação inclusiva, é extremamente importante, do ponto de vista socioeducacional, conscientizar-se sobre os papéis e funções dos agentes atuantes na verdadeira intenção de uma educação de qualidade, promotores da garantia de acesso ao contexto educacional e do fomento em oportunizar o protagonismo do sujeito de singularidades e potencialidades, principalmente quando este tem necessidades educacionais específicas (NEE) e é público-alvo da educação inclusiva (ROGALSKI, 2010; BRASIL, 2015).

Estar consciente da diversidade humana e preparado para a efetiva educação inclusiva é uma ação que demanda responsabilidade, comprometimento e respeito ao outro diferente, aquele que, independentemente de sua singularidade, e que possui potencialidades, as quais complementam a formação humana do outro. Ninguém está preparado para enfrentar um contexto complexo como é o da inclusão, pois “a inclusão verdadeira é um desafio que deve ser enfrentado [...] pelos órgãos encarregados das normas educacionais, pelas direções das escolas, pela equipe escolar e

¹Professor e Tradutor-Intérprete de Língua brasileira de sinais - Libras, IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. E-mail: reginaldo.silva@ifsuldeminas.edu.br.

principalmente pelos professores, pais e comunidade em geral” (ROGALSKI, 2010, p. 1). Ainda que a formação superior faça diferença no quadro docente de uma instituição, ela é a menos importante no contato com o outro, principalmente quando este for o sujeito aprendiz com NEE. Mesmo que o nível da formação seja supremo, a sua principal e primordial essência deve ser a de mediar conhecimento e aprender com o outro, pois, a titulação sem o olhar e a afinidade pedagógica, não cumpre com excelência o compromisso com a humanização dos homens; ao ignorar isso, segrega, exclui, torna-se indiferente – sem pautar nos princípios éticos – e desdenha do trabalho pedagógico, multiplicando assim a raiz do preconceito, da incredulidade coletiva e das ações democráticas em prol da inclusão; dessa forma, se revela por meio da exclusão atitudinal e da incompetência na formação profissional, mesmo tendo uma formação de alto nível (SILVA, 2019a, p. 110; SILVA, 2022b).

Neste trabalho, configurado como relato de experiência, apresento situações do/no cotidiano educacional que corroboram a exclusão do sujeito, com ou sem NEE. As ações que imperam no contexto escolar, podem, *a priori*, serem vistas como um momento de fala infeliz, por parte do emissor, neste caso o docente. Assim, proponho aqui uma reflexão sobre as atitudes dos profissionais da educação, principalmente quando possuem formação em nível superior, que postergam o pleno sentido da inclusão e desvalorizam o trabalho do Atendimento Educacional Especializado (AEE) dentro dos espaços pedagógicos de/para os atendimentos específicos, neste caso, pontualmente o Núcleo de Atenção a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne). Parceiro da comunidade escolar e articulador de ações para o desenvolvimento educacional e a quebra de barreiras excludentes. Não é um vilão coercitivo e/ou o local obscuro de maleficências, destinado a alunos inúteis e anormais. Além disso, fito conscientizar e – sem imposição instrumental e/ou prescrição pedagógica – repensar a real formação docente que visa um único objetivo, sem levar em conta as diferenças e os espaços de convivência socioeducacional, oportunizar o acesso de todos à educação (BRASIL, 1988; 2015).

Além da base Legal, o arcabouço teórico sustenta e defende a educação inclusiva como um processo democrático possível, sem a valorização do capacitismo e a aprendizagem superficial; autores como Bocciolesi e Orrú (2019), Gil (2019), Mantoan (2007), Nascimento (2020), Orrú (2020), Silva (2019; 2022), Skliar (2019) entre outros, sustentam as experiências aqui abordadas.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Neste trabalho, lançou-se mão do método observacional, método revelador de ocorrências de comportamentos da realidade perceptíveis, que às vezes são desvelados pela (in)visibilidade atitudinal daqueles que estão sendo observados (GIL, 2019). Nesta base, as experiências vivenciadas

perpassam em diversos momentos do cotidiano educacional, por meio de aulas expositivas, reuniões da comunidade escolar como conselhos de classe e/ou pedagógicas e, na informalidade, durante um intervalo de café, por exemplo. Os registros factuais e a coleta de dados, em/nos eventos, se deu por meio de anotações contextualizadas conforme as ocorrências surgiam – diálogos, explanações e conversas aleatórias – e com embasamento teórico, os quais sustentam este trabalho e, como um *déjà-vu*², os fatos presentes já ocorreram muitas vezes ao longo da história e ainda perpetuam, mesmo que em menor intensidade, devido às políticas públicas e ações inclusivas socioeducacionais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quanto mais formação tivermos, mais será a nossa responsabilidade de encontrar com o outro dentro de suas especificidades e potencialidades. Mais eficaz será a aproximação do que o distanciamento devido a titulação. O sujeito, ao encontrar o docente, não enxerga a titulação superior, mas o vê como aquele que pode acolher com o olhar pedagógico e pronto para contribuir à sua formação humana, que o possibilite ser protagonista na sociedade, ainda que esta seja excludente.

Quando refletimos nos comportamentos excludentes, nos discursos arraigados de preconceito e as atitudes desrespeitosas, dever-se-á, sem imposição, eliminá-los do contexto escolar. É inadmissível, em pleno século XXI, nos depararmos com tais atitudes, mesmo com tanta (in)formação disponível, claramente legíveis, do ponto de vista legal, e também pela mediação formativa, advinda da academia contemporânea, o que é necessário, impera o preconceito e a incredulidade aos agentes de apoio. Como educadores atuantes – independentemente da formação superior e do público o qual ter-se-á contato – (re)pensar os objetivos da formação corrobora o *educere/educare* em seus plenos significados e assim prevalece: a condução, o ensinar, o preparar e despertar as potencialidades – éticas, emocionais, experiências de plenitude – do sujeito e, muito mais importante, o respeitar sua alteridade e singularidade, além do apoio efetivo ao espaço pedagógico que visa incluir e não oprimir.

4. CONCLUSÕES

A partir dos registros dos fatos, da observância dos discursos e conversas aleatórias excludentes e da (in)visibilidade atitudinal, por parte de uma minoria ainda tradicionalista e opressora, entende-se que o incluir o outro está bem distante de respeitá-lo e reconhecê-lo como alguém diferente e singular; o acolher, ainda é para os nobres sem defeito e no padrão adequado criado pela sociedade. O apoio educacional, assegurado pela legislação, é vivo e aspira ser composto de pessoas que se esforcem para propiciar e oportunizar o desenvolvimento das habilidades e competências à

² *Deja vu*, expressão francesa “*déjà-vu*”, traduzida para o português como “já visto”, a sensação repentina, ocasional de já ter vivido uma situação ou ocorrência em algum momento passado (SILVA; MOGENDORFF, 2011).

construção do conhecimento, e por sua vez, respeita cada sujeito em suas limitações e especificidades. Não será em um curto período de tempo que o desdém aos agentes que fomentam a acessibilidade e a inclusão genuína, desaparecerá. Não serão, por ora, todos partícipes da educação de qualidade e nem aliados ao ensino democrático, coletivo e imerso à diversidade humana. O amplo apoio a este contexto vem acontecendo nos bastidores, a inclusão menor acontece nos espaços destinados ao atendimento especializado e aberto às contribuições docentes e pedagógicas, além de parceiros com um único propósito: o primordial desenvolvimento acessível e menos excludente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/3Cid5yz>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3AAUTyJ>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BOCCIOLESI, E.; ORRÚ, S. E. (Orgs.). **Educar para transformar o mundo: inovação e diferença por uma educação de todos e para todos**. Campinas, SP: Librum Editora, 2019. Ebook. Disponível em: <https://bit.ly/3yzFFJ0>. Acesso em: 12 jul. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MANTOAN, M. T. E.; BATISTA, C. A. M. Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental. *In: Formação Continuada a distância de professores para o Atendimento Educacional Especializado: deficiência mental*. Brasília, SEESP/SEED/MEC, 2007.

ORRÚ, S. E. **A Inclusão Menor e o Paradigma da Distorção**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da Educação Especial. **Revista de Educação do IDEAU**, n. 12, v. 15, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3A9vACF>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SILVA, C. V.; MOGENDORFF, I. J. Déjà Vu. *In: Cadernos do Aplicação*, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Colégio de Aplicação, n. 24, n. 2, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3V11F3Y>. Acesso em: 19 jul. 2022.

SILVA, R. A. **O ingresso e a formação acadêmica do sujeito surdo: singularidades, conquistas e desafios da educação inclusiva no espaço universitário**. 2019. 211f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/2M6Sqph>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SILVA, R. A. **Mediação Dialógica e Acessível: A Interdisciplinaridade entre discentes com ou sem Necessidades Educacionais Específicas na Instituição Educacional**. Orientador: Ricardo Alexandre da Cruz. 2022. 15f. TCC (Pós-Graduação) - Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, IFSULDEMINAS, Inconfidentes, 2022b. No prelo.

UNESCO. **Declaração de Salamanca** – sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: <https://bit.ly/3fWknPj>. Acesso em: 23 jun. 2022.